



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 1087, DE 2019

Homenagem de pesar pelos falecimentos de Gustavo Cruz Xavier, Dennys Guilherme dos Santos Franco, Marcos Paulo Oliveira dos Santos, Denys Henrique Quirino da Silva, Luara Victoria Oliveira, Gabriel Rogério de Moraes, Eduardo da Silva, Bruno Gabriel dos Santos e Mateus dos Santos Costa, ocorridas em Paraisópolis, São Paulo.

AUTORIA: Senador Paulo Paim (PT/RS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Paulo Paim

REQUERIMENTO Nº DE

SF/19432.20958-99 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Gustavo Cruz Xavier, 14 anos; Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16 anos; Marcos Paulo Oliveira dos Santos, 16 anos; Denys Henrique Quirino da Silva, 16 anos; Luara Victoria Oliveira, 18 anos; Gabriel Rogério de Moraes, de 20 anos; Eduardo da Silva, 21 anos; Bruno Gabriel dos Santos, 22 anos; e Mateus dos Santos Costa, 23 anos, bem como a apresentação de condolências à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e à Câmara Municipal de São Paulo.

JUSTIFICAÇÃO

Na madrugada de 1º de dezembro, num baile funk, no bairro de Paraisópolis, na cidade de São Paulo, durante ação da Polícia Militar do Estado de São Paulo, nove jovens entre 14 e 23 anos foram mortos. São eles: Gustavo Cruz Xavier, 14 anos; Dennys Guilherme dos Santos Franco, 16 anos; Marcos Paulo Oliveira dos Santos, 16 anos; Denys Henrique Quirino da Silva, 16 anos; Luara Victoria Oliveira, 18 anos; Gabriel Rogério de Moraes, de 20 anos; Eduardo da Silva, 21 anos; Bruno Gabriel dos Santos, 22 anos; e Mateus dos Santos Costa, 23 anos. Doze foram hospitalizados.

Os órgãos de segurança alegaram que a causa das mortes foi “pisoteamento”. Entretanto, relatos de familiares e laudos preliminares apontam outra versão. Corpos de algumas vítimas não apresentavam sinais físicos de “pisoteamento”, como roupas limpas, ausência de feridas ou sangue. Além disso, atestados de óbito registraram que quatro das vítimas morreram em decorrência de asfixia mecânica e trauma na medula. Moradores e frequentadores do baile relataram que os jovens teriam sido cercados e encurralados em becos. Num vídeo, gravado por moradores, policiais dão socos, tapas e pontapés em jovens já dominados. Em outro vídeo, policiais disparam balas de borracha contra as pessoas no lugar.

Em um jornal de grande circulação, uma adolescente de 17 anos, que pediu para não ser identificada por medo de represália, contou que ficou presa em uma viela após muita correria e recebeu golpes de cassetete em várias partes do corpo. Abre aspas, "Eles foram realmente na maldade para ninguém conseguir correr. Eu ouvi tiros e vi muita gente pisoteada. Inclusive vi um policial dando uma garrafada em uma pessoa no meio da confusão. Eles fecharam as saídas das ruas e saíram espancando. Foi uma covardia", fecha aspas. Há outros tantos depoimentos.

O massacre de Paraisópolis é mais uma tragédia anunciada em nosso País. A nossa geografia é pintada com cores rubras: matam todos os dias, nas vilas, nas favelas, nos morros, no campo, no asfalto, nos centros das pequenas e grandes cidades. Ceifam a vida de crianças, jovens, mulheres, idosos, negros, índios, LGBTQs, moradores de rua, de pobres e miseráveis. Estupram, violentam a carne humana, torturam, levam as pessoas para o matadouro. Aceitam - pacificamente - a morte em corredores de hospital. Massacram - psicologicamente e moralmente - a sofrida gente brasileira. Descartam - da história e dos bancos escolares - os atos cotidianos de intolerância, discriminação e racismo. Essa é a realidade. O país não pode ser negligente e aceitar como natural a violência e o ódio. A sociedade brasileira não pode aceitar a banalização da maldade e da crueldade.

A filósofa Hannah Arendt, no século passado, já alertava sobre a banalidade do mal, ao descrever o julgamento e o depoimento do nazista Adolf Eichmann e as atrocidades desse regime de exceção. E, é essa tentativa de tirar a humanidade do indivíduo, de tornar as pessoas incapazes de compaixão pelo próximo que faz com que o ódio e a violência passem a ser algo comum. A desgraça de não haver condições dignas de se viver, de se comer, de se vestir, de se ter educação, saúde e emprego, de se viver em um País como o nosso com a maior concentração de renda do mundo passam a ser comuns na vida das pessoas. “Foi como se naqueles últimos minutos estivessem resumindo a lição que este longo curso de maldade humana nos ensinou — a lição da temível banalidade do mal, que desafia as palavras e os pensamentos”. A sociedade tem que perceber a realidade e se colocar no lugar do outro, pensar com o ponto de vista do outro, questionar o certo e o errado. Isso não é fácil, mas é possível. É daí que as sociedades passam a evoluir. O caminho é longo até resgatarmos a humanidade e o humanismo da nossa sociedade.

Os jovens que se foram são vítimas deste mundo que nos rodeia e que, infelizmente, aceitamos. Sim, o País aceita calado as atrocidades que fazem com o seu povo, aceita as inverdades que lhe chega aos ouvidos. O pior erro que podemos cometer, e temos este livre arbítrio, é o de aceitarmos quietos todas essas cenas de horror, com olhos desumanos e nutridos de indiferença e falta de amor. Temos que responder, mas, responder com responsabilidade e com a não-violência.

Há um antigo poema que diz: “Quando morre um menino, quando morre uma menina, reza o vento sua prece, o destino fecha a porta e o dia não amanhece // Se quebra a vida em pedaços, as horas correm vazias, sem travessuras e abraços // Quando morre um menino, quando morre uma menina, tem o pão gosto de ferro, a alegria sai da casa e não há pandorgas no céu // Quando morre um menino, quando morre uma menina.

As dores das mães e dos pais de Paraisópolis são dores que também sentimos, elas são coletivas de um Brasil que busca a sua verdade, que busca reencontrar a sua espiritualidade. São lágrimas que caem e inundam o peito, de cada um de nós, ao sabermos que os pássaros não cantam mais, ao olharmos para o infinito azul do céu e não mais encontrarmos pandorgas. O Brasil quer, as famílias desses nove jovens querem, nada mais querem, do que justiça, tão somente justiça.



SF/19432.20958-99 (LexEdit)

Sala das Sessões, de de .

Senador Paulo Paim
(PT - RS)

Presidente da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa